

PUBLICIDADE LEGAL

LCBC IMÓVEIS S/A - Avenida Rio Grande, 570 - Cassino - na cidade de Rio Grande/RS. NIRE (Jucergs) nº 43 3 0004043 7. CNPJ nº 04.137.830/0001-16 - (Companhia Fechada). **Assembleia Geral de Acionistas - CONVOCAÇÃO** - Ficom os senhores acionistas da LCBC IMÓVEIS S.A ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada exclusivamente de forma digital, no dia 29 de abril de 2022, às 10h30min, para apreciação da seguinte ordem do dia: **1.** Examinar e votar as contas da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; **3.** Fixação da remuneração anual global da Diretoria; **4.** Assuntos gerais. A assembleia geral ordinária será realizada de forma exclusivamente digital, via videoconferência por meio do sistema eletrônico "Microsoft Teams". Os Acionistas poderão participar e votar na assembleia digital por meio do sistema eletrônico, pessoalmente ou por procurador constituído. No caso de participação por meio de procurador, a respectiva procuração deve ser encaminhada para a Companhia, pelo e-mail lcba@lcba.com.br, com a maior antecedência possível, e no máximo em até 30 (trinta) minutos antes da hora da assembleia. O voto poderá ser exercido, ainda, via Boletim de Voto à Distância ("Boletim"), enviado pelo acionista à Companhia pelo e-mail lcba@lcba.com.br em até 3 (três) dias antes da data da assembleia. O envio do Boletim não impede o acionista de se fazer presente à assembleia e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o Boletim enviado será desconsiderado. O modelo do Boletim, os documentos necessários à representação dos Acionistas, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como instruções completas para a participação na assembleia foram enviadas por correio eletrônico a todos os acionistas da Companhia. Rio Grande/RS, 19 de abril de 2022. Osvaldo Luiz Cramer De Otero, Diretor; Nagib Mohamad Lemos Ahmad, Diretor; e, Marcela Fossati Otero, Diretora.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

INDÚSTRIA DE PEÇAS INPEL S.A. - CNPJ n. 89.723.845/0001-19 - NIRE 43.3.0001820.2 - **SAPUCAIA DO SUL - RS - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** - 1) **DATA/HORA/LOCAL**: 1º de abril de 2022, às 10h30min, na sede social, situada na Rua Inpel, nº 29, Bairro Colonial, em Sapucaia do Sul-RS, CEP 93212-280. 2) **PRESENCAS**: Acionistas, conforme Livro de Presenças, representando mais de 2/3 do capital votante. 3) **MESA DIRIGENTE**: Presidente: Sra. Simone Marcon; Secretária: Sra. Aniela Elzbieta Podstolak Carvalho. 4) **PUBLICAÇÕES**: (i) o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras foram publicadas no Jornal do Comércio, no dia 10.02.2022 e (ii) os editais de convocação foram publicados no Jornal do Comércio, nos dias 15.03.2022, 16.03.2022 e 17.03.2022, de forma física e digital. 5) **ORDEM DO DIA**: (i) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros da Diretoria e fixação da respectiva remuneração. 6) **DELIBERAÇÕES**: a Assembleia aprovou, por unanimidade: 6.1) que esta ata seja lavrada na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º da Lei n. 6.404/76; 6.2) a dispensa da leitura dos documentos relativos ao exercício de 2021, a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76; 6.3) o relatório da Diretoria, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com a abstenção dos Diretores e acionistas da Companhia, Srs. Armando Marcon Júnior, Simone Marcon e André Lazzari, de acordo com o previsto no § 1º, do artigo 134 da Lei 6.404/76; 6.4) que o lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 18.351.984,00 - após a reversão dos Juros sobre o Capital Próprio - tenha a seguinte destinação: a) R\$ 917.599,00, para a formação da Reserva Legal; b) o saldo dos lucros, será levado à conta de Reservas de Lucros. 6.5) ratificar (i) o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.929.482,62, ocorrido durante o exercício de 2021 e (ii) a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 1.000.000,00, ocorrida durante o exercício de 2021, à conta de Reserva de Lucros; 6.6) reeleger os seguintes membros da Diretoria, com prazo de mandato estatutário de 2 (dois) anos, ou, caso não ocorra nova eleição nesse prazo, até a investidura dos novos administradores eleitos em Assembleia: - **ARMANDO MARCON JÚNIOR**, CPF 529.902.060-00, Cédula de Identidade RG 1024953182 SSP/RS, brasileiro, natural de Porto Alegre/RS, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, industrial, residente e domiciliado na Rua Marcelo Gama, 288, apto. 503, bairro Higiênópolis, em Porto Alegre-RS, como **Diretor Comercial**; - **SIMONE MARCON**, CPF 385.112.580-00, Cédula de Identidade RG 9004345006 SSP/RS, brasileira, natural de Porto Alegre/RS, solteira, maior, empresária, residente e domiciliada na Rua Clemente Pinto, 159, bairro Fião, em São Leopoldo-RS, como **Diretora Administrativa/Financeira**; - **ANDRÉ LAZZARI**, CPF 651.020.370-72, Cédula de Identidade RG 7037133282 SSP/RS, brasileiro, natural de Porto Alegre-RS, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na Rua Vitor Meireles, 211, apto. 201, bairro Rio Branco, em Porto Alegre-RS, como **Diretor Industrial**. 6.7) fixar a remuneração anual e global da Diretoria em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), a ser distribuída de comum acordo entre os seus membros, em reunião da Diretoria a ser realizada para esse fim. 7) **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a Assembleia, tendo sido lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos acionistas presentes. 8) **ASSINATURAS**: - Presidente da Assembleia: Simone Marcon. - Secretária da Assembleia: Aniela Elzbieta Podstolak Carvalho. - Acionistas: (i) Amaron Administração e Participações Ltda., representada por seu sócio Sr. Armando Marcon Júnior; (ii) Armando Marcon Júnior; (iii) Simone Marcon; (iv) Aplia - Administração e Participações Ltda., representada pelo Sr. Antonio Pitt Neto; (v) Antonio Pitt Neto; (vi) André Lazzari; (vii) Cinthia Hovest, representada por seu procurador, Sr. Armando Marcon Júnior. **CERTIDÃO**: Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata original, lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais, bem como também são autênticas as assinaturas ali apostas. Sapucaia do Sul-RS, 1º de abril de 2022. SIMONE MARCON - Presidente; ANIELA E. PODSTOLAK CARVALHO - Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8246722 em 19/04/2022 da Empresa INDÚSTRIA DE PEÇAS INPEL S/A, CNPJ 89723845000119 e protocolo 221260285 - 18/04/2022. Autenticação: 698C0D4AC2460F9F8C3DF94325DDEC1FC62. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

ALIBEM Alibem Alimentos S.A. CNPJ 03.941.052/0001-50 – NIRE 43 3 0005793 3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - ANO DE 2021 - ALIBEM ALIMENTOS S.A., companhia brasileira de capital fechado, por meio da sua administração, apresenta suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	561.271	461.328
Aplicações financeiras (Nota 4).....	155.545	18.896
Bancos conta vinculada (Nota 4).....	6.404	5.881
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13).....	-	21.287
Contas a receber de clientes (Nota 5).....	139.501	229.729
Estoques (Nota 7).....	210.400	171.841
Ativos biológicos (Nota 8).....	311.607	358.652
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6).....	8.485	15.193
Adiantamento a fornecedores.....	8.499	9.477
Partes relacionadas (Nota 9).....	45.967	87
Outros ativos.....	1.468	1.281
	1.449.147	1.293.652
Não circulante		
Imposto e contribuições a recuperar (Nota 6).....	15.066	15.066
Depósitos judiciais (Nota 10).....	933	1.237
Partes relacionadas (Nota 9).....	30.000	30.000
Ativos biológicos (Nota 8).....	153.201	162.605
Imobilizado (Nota 11).....	227.528	231.698
Intangível.....	1.132	993
	427.860	441.599
Total do ativo.....	1.877.007	1.735.251

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de aval. patrim. acumulados	Lucros Resultados Abrangentes	Outros Resultados Abrangentes	Total
Em 31 de dezembro de 2019.....	173.929	100.386	22.446	245.248	52.057	604.195
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	516.434	516.434
Realização custo atíb. ao ativo imob. (17.401).....	-	-	-	(25.419)	25.419	-
Aumento de capital social.....	17.401	-	-	-	-	(17.401)
Const. reservas de inc. fiscais.....	-	24.520	(17.401)	-	(24.520)	-
Instrumentos financeiros derivativos (hedge accounting).....	-	-	-	-	3.920	3.920
Destinação dos resultados:						
Transferência para reservas.....	-	-	24.596	14.297	(38.893)	-
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	(28.440)	(28.440)
Dividendos distribuídos.....	-	-	-	-	(450.000)	(450.000)
Em 31 de dezembro de 2020.....	173.929	124.906	29.641	259.545	26.638	628.708
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	124.665	124.665
Realização custo atíb. ao ativo imob. (1.034).....	-	-	-	(1.034)	1.034	-
Const. reservas de inc. fiscais.....	-	25.416	-	-	(25.416)	-
Instrumentos financeiros derivativos (hedge accounting).....	-	-	-	-	(18.362)	(18.362)
Destinação dos resultados:						
Transferência para reservas.....	-	-	4.962	(24.434)	19.472	-
Dividendos propostos.....	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	(19.755)	(19.755)
Em 31 de dezembro de 2021.....	173.929	150.322	34.603	235.111	25.604	615.256

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31/dezembro/2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Alibem Alimentos S.A. (a "Companhia") foi fundada em junho de 2000, e possui sede em Porto Alegre - RS. Suas atividades principais consistem na criação e abate de suínos na industrialização de produtos derivados de suínos e na fabricação de ração, bem como o comércio atacadista e varejista de carnes e produtos congêneres, atuando em todo o território nacional e exportando para diversos países. A Companhia opera dois frigoríficos, três fábricas de ração, quinze granjas próprias, estrutura de integração de suínos, quatro unidades comerciais e três unidades de logística, além de contar com uma equipe de profissionais qualificados e com larga experiência no mercado de proteína animal, a fim de atender os mais altos níveis de exigências de toda a cadeia produtiva, desde a criação dos suínos até a comercialização de seus produtos.

1.1. Impacto do COVID-19 nas demonstrações financeiras: A Companhia vem monitorando e avaliando os possíveis impactos do Covid-19 no Brasil e no mundo, principalmente em relação às vendas diretas no exterior e a sua cadeia de suprimentos. No momento a administração entende que este evento não deve impactar de forma relevante a expectativa de realização de seus ativos financeiros e não financeiros, além da capacidade operacional da Companhia.

2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a partir da Nota 2.4. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos mensurados a valor justo. A preparação de demonstração financeira requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2022.

2.2. Mudança nas normas contábeis: Não existem novas normas e interpretações emitidas que tenham, na opinião da Administração, gerado impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

2.3. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até seis meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5. Instrumentos financeiros: 2.5.1. **Classificação:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Títulos e valores mobiliários; • Bancos exterior disponível; • Bancos conta vinculada; • Contas a receber de clientes; • Adiantamentos a fornecedores; • Partes relacionadas; • Outros ativos. Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.5.2. Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3. Mensuração: Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.5.4. Impairment de ativos financeiros: A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. A Companhia tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perda estimada de crédito estabelecido pelo CPC 48: • Contas a receber por vendas de produtos; • Títulos e valores mobiliários; • Bancos exterior disponível; • Bancos conta vinculada. Com o CPC 48, a Companhia teve que revisar sua metodologia de *impairment* para cada uma dessas classes de ativos. A perda de valor recuperável identificada foi imaterial. No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de fluxo de caixa. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas (*impairment*).

2.7. Estoques: Os estoques da Companhia são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.8. Ativos intangíveis: Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são registrados pelo custo de aquisição. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

2.9. Imobilizado: Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com base nas taxas mencionadas na Nota 11. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de bens do imobilizado na data de transição para os CPCs. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.10. Ativos biológicos: Os ativos biológicos correspondem a suínos matrizes para reposição e suínos em engorda para abate, os quais são destinados para produção de carnes in natura, processadas e embutidos, e também florestas. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, mediante metodologia de equiparação dos ativos ao valor de mercado principal dos mesmos, utilizando-se de dados observáveis de mercado para cálculo, deduzidos dos custos estimados de venda. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita trimestralmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrer, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Efeito líquido de valor justo dos ativos biológicos", em conjunto com os montantes de realização da variação do valor justo por venda. O processo de engorda e abate dos suínos tem um ciclo aproximado de 160 dias, variável com base na cultura e material genético a que se refere. No caso das florestas provenientes de reflorestamento, o ciclo desta operação é de 7 anos.

2.11. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigadas a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário,

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31/dezembro/2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Receita líquida (Nota 16).....	1.919.019	2.087.578
Custos dos produtos vendidos (Nota 17).....	(1.354.307)	(1.066.845)
Efeito líquido de valor justo dos ativos biológicos.....	(152.093)	104.346
Lucro bruto.....	412.619	1.125.079
Despesas de vendas (Nota 17).....	(166.563)	(133.511)
Despesas gerais e administrativas (Nota 17).....	(65.962)	(80.081)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 18).....	909	(6.827)
Lucro operacional.....	181.003	904.660
Despesas financeiras (Nota 19).....	(57.415)	(26.904)
Receitas financeiras (Nota 19).....	28.374	26.071
Variação cambial, líquida (Nota 19).....	13.099	(160.217)
Lucro antes do IR e da contribuição social.....	165.061	743.610
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20).....	(103.283)	(202.667)
Diferido.....	62.887	(24.509)
Lucro líquido do exercício.....	124.665	516.434
Média de ações durante o exercício - em mil.....	173.929	173.929
Lucro por ação - em R\$.....	0,72	2,97

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício.....	124.665	516.434
Instrumentos financeiros (<i>hedge accounting</i>), líquidos dos efeitos tributários.....	(18.362)	3.920
Resultado abrangente do exercício.....	106.303	520.354

as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método usando a taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se as estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada produto para o atacadista. As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfatória que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o atacadista, o atacadista aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritas ou a Companhia tem evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas com prazo de pagamento de aproximadamente 40 dias, portanto, não têm caráter de financiamento, o que é consistente com a prática do mercado. Portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

b) **Componentes de financiamento:** A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

c) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas. As principais operações e saldos impactados por estimativas e julgamentos estão relacionadas à avaliação de perdas ao valor de recuperação de ativos financeiros, em especial as contas a receber de clientes e na avaliação do valor justo dos ativos biológicos.

4. Disponibilidades: 4.1. **Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa.....	561.271	461.328
Contas corrente bancárias.....	2.286	711
Aplicações de liq. imediata.....	-	361
Bancos no exterior.....	10.615	28.110
Títulos e valores mobiliários.....	548.197	432.064
	561.271	461.328

4.1.1. **Bancos no exterior:** Referente a valores de faturas liquidadas por clientes no exterior diretamente nas contas bancárias da Companhia fora do país. A Companhia opta por manter algum saldo nestas contas para eventuais despesas e custos que possam surgir no exterior, entretanto possui o direito, a qualquer momento, de transferir estes saldos para suas contas bancárias dentro do país mediante os procedimentos requeridos pelo Banco Central do Brasil.

4.1.2. **Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2021 os títulos e valores mobiliários estão sendo remunerados por taxas variáveis de 96% a 108% (96% a 108% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com possibilidade de resgate sem alterações relevantes de valor.

4.2. Bancos conta vinculada: Referente a saldos mantidos pela Companhia para garantia de um empréstimo obtido pela sua empresa ligada Agra Agroindustrial de Alimentos S.A. junto às instituições financeiras. O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$ 6.404 (R\$ 5.881 em 31 de dezembro de 2020).

4.3. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são em títulos do governo NTN-B e LFT (vencimentos em 2024 e 2026), sendo remuneradas pela variação do IPCA e da taxa Selic, respectivamente, e cupom médio ponderados de 5,07% e 5,26%. O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$155.545 (R\$18.896 em 31 de dezembro de 2020).

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno.....	27.200	43.355
Mercado externo.....	112.558	186.649
	139.758	230.004
Provisão para perdas esperadas.....	(257)	(275)
	139.501	229.729

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. A seguir apresentamos as operações vendidas e a vencer, para as quais a Companhia registrou provisão para perdas esperadas quando entendeu ser necessário:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer.....	138.832	228.540
Vencidas entre 1 e 30 dias.....	926	1.170
Vencidas entre 31 e 180 dias.....	-	80
Vencidas há mais de 180 dias.....	-	214
Total saldos venc. e a vencer.....	139.758	230.004

A movimentação da provisão para perdas esperadas encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial.....	(275)	(205)
Adições.....	-	(70)
Baixas.....	18	-
Saldo final.....	(257)	(275)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	124.665	516.434
Fluxo líquido do exercício.....	(18)	70
Ajustes:		
Provisão para perdas esperadas.....	-	6.265
Resultado na baixa de propriedades para invest.....	-	27.065
Provisão para rec. ao valor recuperável de ativos.....	152.093	(104.346)
Juros e variação cambial apropriados.....	59.081	50.163
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(62.887)	24.509
Depreciação e amortização.....	13.268	14.860
Provisão para contingências.....	3.152	1.268
	289.354	536.288

Variação nos ativos e passivos

	2021	2020
Bancos conta vinculada.....	(523)	-
Contas a receber de clientes.....	90.246	62.768
Estoques.....	(38.559)	(104.533)
Ativos biológicos.....	(80.569)	(42.305)
Adiantamentos a fornecedores.....	978	(3.787)
Impostos a recuperar.....	6.708	(7.281)
Depósitos judiciais.....	304	802
Outros ativos.....	(1.187)	82
Fornecedores.....	(18.288)	15.934
Obrigações por aquisições patrimoniais.....	82.596	(82.596)
Salários e encargos sociais.....	(7.834)	4.119
Impostos e contribuições a recolher.....	(55.439)	11.880
Adiantamento de clientes.....	(8.423)	27.179
Outros passivos.....	(5.198)	(838)
	(116.784)	14.823

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades de investimento.....	(51.391)	(57.849)

ALIBEM Alibem Alimentos S.A. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Depósitos judiciais, Contingências, and Imobilizado.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Cédula Créd. Exp. CCE R\$, Debêntures, and Encargos financeiros.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include IRRF, Contribuição previdenciária, and Impostos e contribuições a recolher.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Resultados financeiros e variações cambiais, and Resultados financeiros e variações cambiais.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, and Produtos acabados.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Resultados financeiros e variações cambiais, and Resultados financeiros e variações cambiais.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, and Produtos acabados.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Resultados financeiros e variações cambiais, and Resultados financeiros e variações cambiais.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, and Produtos acabados.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Resultados financeiros e variações cambiais, and Resultados financeiros e variações cambiais.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, and Produtos acabados.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Resultados financeiros e variações cambiais, and Resultados financeiros e variações cambiais.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, and Produtos acabados.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Resultados financeiros e variações cambiais, and Resultados financeiros e variações cambiais.

ACOMPANHE COM PRATICIDADE AS NOTÍCIAS MAIS IMPORTANTES E EXCLUSIVAS DO DIA. BAIXE O APP JC. Includes QR code and app logo.



GRUPO K1 S/A

CNPJ 00.912.882/0001-61

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Tupandi, 28 de março de 2022.

A Administração.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	251.118	171.549	281.373	204.974	Passivo	229.289	204.260	224.035	208.428
Circulante	251.118	171.549	281.373	204.974	Circulante	229.289	204.260	224.035	208.428
Caixa e equivalentes de caixa.....	45.704	16.640	56.053	24.477	Fornecedores.....	44.328	59.037	43.020	63.129
Contas a receber clientes.....	100.829	90.744	104.740	101.175	Empréstimos e financiamentos.....	91.043	75.291	95.794	79.161
Estoques.....	73.251	59.599	87.718	70.976	Impostos e contribuições a recolher.....	14.264	18.044	16.957	20.693
Impostos a recuperar.....	26.311	1.019	27.285	2.792	Salários a pagar.....	2.778	3.797	3.241	4.117
Outros créditos.....	4.392	3.121	4.899	5.118	Provisão de férias e encargos.....	3.751	5.896	4.667	6.394
Despesas antecipadas.....	631	426	678	436	Partes relacionadas.....	31.014	14.505	11.192	5.510
					Outras contas a pagar.....	42.111	27.690	49.164	29.424
Não circulante	368.055	357.358	350.993	336.694	Não circulante	223.001	178.531	241.415	187.093
Partes relacionadas.....	6.763	24.921	4.570	24.921	Empréstimos e financiamentos.....	152.580	110.169	156.406	118.079
IRPJ e CSLL diferidos.....	435	10.355	4.003	10.355	Impostos e contribuições a recolher.....	13.472	19.705	13.992	20.357
Outros créditos.....	653	390	928	501	IRPJ e CSLL diferidos.....	49.232	46.972	53.961	46.972
Propriedade para investimento.....	12.717	5.167	12.717	5.167	Provisão para garantias.....	135	277	173	277
					Provisão para contingências.....	1.582	1.408	9.468	1.408
					Outras contas a pagar.....	6.000	-	7.415	-
Investimentos	60.332	30.291	6.541	6.500	Patrimônio líquido	166.883	146.116	166.916	146.147
					Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	166.883	146.116	166.883	146.116
Imobilizado	286.603	285.682	321.318	288.698	Capital social.....	60.015	60.015	60.015	60.015
					Ajustes de avaliação patrimonial.....	23.530	26.146	23.530	26.146
Intangível	552	552	916	552	Reserva de lucros.....	83.338	59.955	83.338	59.955
Total ativo	619.173	528.907	632.366	541.668	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	33	31
					Total passivo	619.173	528.907	632.366	541.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	542.483	448.186	592.611	498.817
Custo dos produtos vendidos.....	(343.438)	(283.716)	(371.659)	(315.334)
Lucro bruto	199.045	164.470	220.952	183.483
Despesas comerciais.....	(76.410)	(63.311)	(84.382)	(68.621)
Despesas gerais e administrativas.....	(40.963)	(29.727)	(47.381)	(33.730)
Despesas com marketing.....	(4.535)	(4.772)	(4.598)	(4.813)
Despesas tributárias.....	(736)	(284)	(1.179)	(636)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa.....	(810)	(3.114)	(890)	(3.152)
Outras receitas operacionais, líquidas..	35.860	3.655	35.741	8.691
Resultado da equivalência patrimonial...	4.555	10.032	-	-
Lucro líquido antes do resultado financeiro	116.006	76.949	118.263	81.222
Receitas financeiras.....	37.519	5.725	39.817	8.152
Despesas financeiras.....	(38.829)	(38.319)	(40.677)	(39.982)
Lucro antes dos impostos	114.696	44.355	117.403	49.392
Imposto de renda e contribuição social...	(22.866)	(3.295)	(26.376)	(8.323)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(13.528)	(4.161)	(12.723)	(4.161)
Lucro líquido do exercício	78.302	36.899	78.304	36.908
Lucro líquido por ação (R\$ 1,00).....	1,30	0,61	1,30	0,61
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores.....	-	-	78.302	36.899
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores.....	-	-	2	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em milhares de reais

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Patrimônio Líquido Total
			Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros a Destinar				
Saldo em 31/12/2019	60.015	26.886	-	-	33.184	120.085	12	120.097	
Realização por baixa de bens.....	-	(740)	-	-	1.035	295	-	295	
Outras adições.....	-	-	-	-	-	-	10	10	
(-) Distribuição de dividendos.....	-	-	-	-	(2.400)	(2.400)	-	(2.400)	
Lucro Líquido do exercício.....	-	-	-	-	36.899	36.899	9	36.908	
(-) Constituição de reserva.....	-	-	1.845	-	26.291	(28.136)	-	-	
(-) Dividendos propostos.....	-	-	-	-	(8.763)	(8.763)	-	(8.763)	
Saldo em 31/12/2020	60.015	26.146	1.845	-	58.110	146.116	31	146.147	
Realização por baixa de bens.....	-	(2.616)	-	-	1.023	(1.593)	-	(1.593)	
(-) Distribuição de dividendos.....	-	-	-	-	(37.437)	(37.437)	-	(37.437)	
Lucro Líquido do exercício.....	-	-	-	-	78.302	78.302	2	78.304	
(-) Constituição de reserva.....	-	-	3.896	-	55.514	(59.797)	-	-	
(-) Dividendos propostos.....	-	-	-	-	(18.505)	(18.505)	-	(18.505)	
Saldo em 31/12/2021	60.015	23.530	5.741	387	77.210	166.883	33	166.916	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	78.302	36.899	78.304	36.908
Outros resultados abrangentes:				
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(1.593)	295	(1.593)	295
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	76.709	37.194	76.711	37.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Grupo K1 S/A é uma sociedade anônima, com sede na Cidade de Tupandi, no Estado do Rio Grande do Sul, possui uma área de 200 mil m² e aproximadamente 1.900 colaboradores. A Moveis K1 Ltda. era uma empresa de responsabilidade limitada organizada segundo a legislação brasileira, porém em 11 de maio de 2020, a Companhia foi transformada em uma sociedade anônima e teve sua denominação social alterada para "Grupo K1 S/A". A Grupo K1 S/A, tem por objetivo explorar isoladamente ou cumulativamente as atividades de indústria, comércio e exportação de móveis; importação de produtos, matéria-prima e móveis; indústrias de móveis de metal e utensílios domésticos.

a) Efeitos do Coronavírus nas demonstrações contábeis: A Companhia vem acompanhando a evolução do Covid-19 no Brasil e no mundo, orientando os colaboradores para que adotem as medidas preventivas quanto ao distanciamento social, seja interno ou externo, viagens e reuniões, assim como os efeitos no nosso mercado interno e externo. A Companhia, através de seus canais de comunicação, orientou todos os colaboradores em relação aos cuidados relacionados a evitar a proliferação da contaminação da Covid-19, seja na companhia ou em suas respectivas casas. Podemos citar algumas das ações tomadas: Higiene completa dos ambientes; Distribuição de máscara de proteção para todos os colaboradores; Triagem na entrada; Campanhas de conscientização de distanciamento social; Home Office, visando diminuir a concentração de funcionários nas áreas administrativas; foi determinado o devido distanciamento das mesas e cadeiras no refeitório; e, campanhas de conscientização da vacinação. Com essas ações de prevenção, visamos conter a proliferação do vírus no ambiente de trabalho e domiciliar dos nossos colaboradores.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis do Grupo K1 S/A, foram aprovadas em reunião de diretoria realizada em 28 de março de 2022. As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com atendimento à Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. A administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos ainda que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis e aquelas necessárias estão sendo divulgadas juntamente com a nota explicativa relacionada.

a) Demonstrações Contábeis Consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e, integralmente, das controladas K1 Colchões Ltda, Grupo K1 Nordeste S/A e BTZ Indústria e Comércio de Móveis Ltda. **b) Critérios de Consolidação:** No processo de consolidação os saldos de transações entre as empresas foram eliminados e destacadas as parcelas de lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas/quotistas minoritários.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Critérios de Apuração das Receitas e Despesas: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **b) Estimativas Contábeis:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, provisões para contingências, provisão para perdas sobre créditos e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas

periodicamente, ajustando-as, quando aplicável. **c) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo de longo prazo foram submetidos aos ajustes para reconhecimento do valor presente. O mesmo tratamento foi aplicado aos itens de curto prazo, naqueles casos em que os efeitos apurados foram considerados relevantes. **d) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo. Os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valores de caixa, são considerados como equivalente de caixa. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos de curto prazo. **e) Contas a Receber de Clientes:** Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2021 correspondia, em média, 1,20% a.m. **f) Estoques:** Os estoques de produtos prontos e em elaboração foram avaliados pelo custo de produção. Os estoques de matérias primas, materiais auxiliares, materiais de embalagem e materiais de consumo, estão registrados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, que não excede o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na recuperação dos créditos. **h) Investimentos:** Os investimentos nos quais a companhia possui influência significativa são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. **i) Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear durante a vida útil de cada bem, estimada pela Administração. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos:** Em cumprimento ao contido no CPC 01, a companhia efetuou uma revisão no valor contábil dos ativos relevantes integrantes do ativo imobilizado, com vistas a verificar se os mesmos não estavam registrados por valor superior ao de recuperação por uso ou venda. Da análise realizada, foi constatado que, considerando o conjunto das unidades geradoras de caixa, não há perdas por desvalorização de ativos porque o valor líquido de venda das principais unidades supera, em muito, o valor líquido contábil de todo o ativo imobilizado. **k) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferido, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes de acordo a legislação fiscal, sendo 15% para o IRPJ, mais o adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação e 9% para a contribuição social. **l) Conversões de Operações em Moeda Estrangeira:** A moeda funcional da companhia é o real (R\$). Transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas às taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Os direitos e obrigações em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio na data de fechamento. Os ganhos e perdas de variações cambiais são reconhecidos na demonstração do resultado. **m) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	78.302	36.899	78.304	36.908
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais				
Depreciação e amortização.....	14.505	11.718	15.159	12.073
Equivalência patrimonial (positiva) negativa.....	(4.555)	(10.032)	-	-
Variações de ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber.....	(10.085)	(22.902)	(3.565)	(27.197)
(Aumento) redução em estoques.....	(13.652)	(22.873)	(16.742)	(30.483)
(Aumento) redução em partes relacionadas.....	34.667	(9.260)	26.033	(5.826)
(Aumento) IRPJ e CSLL diferidos.....	12.180	3.724	13.341	3.724
(Aumento) redução em outros ativos.....	(34.581)	1.059	(32.493)	(1.913)
Aumento (redução) em fornecedores.....	(14.709)	18.640	(20.109)	20.094
Aumento (redução) em impostos e contrib. a rec.....	(10.013)	(889)	(10.101)	(143)
Aumento (redução) em outros passivos.....	17.289	21.881	32.508	23.175
Fluxo de caixa das atividades operacionais	69.348	27.965	82.335	30.412
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de investimento, imobilizado e intangível.....	(46.199)	(17.775)	(53.678)	(19.089)
Baixa residual de imobilizado e investimento.....	5.287	2.066	5.494	2.353
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(40.912)	(15.709)	(48.184)	(16.736)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos, líquidos.....	58.163	2.540	54.960	7.051
Pagamento de dividendos.....	(55.942)	(11.163)	(55.942)	(11.163)
Outras adições do patrimônio líquido.....	-	-	10	10
Outras destinações do patrimônio líquido.....	(1.593)	295	(1.593)	295
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	628	(8.328)	(2.575)	(3.807)
Aumento (redução) nas disponibilidades	29.064	3.928	31.576	9.869
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	29.064	3.928	31.576	9.869
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	16.640	12.712	24.477	14.608
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	45.704	16.640	56.053	24.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **n) Fornecedores:** Os valores a pagar são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses débitos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. O valor presente é calculado com base na taxa estimada de juros das compras a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2021 correspondia, em média, 1,25% a.m. **o) Empréstimos e financiamentos:** Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. **p) Demais passivos circulantes e não circulantes:** Estão demonstradas por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balan



Sede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98 - Reg. no CNSS (CNAS) sob nº 110.556/62
 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - Portaria do MEC nº 25, de 05/02/2010

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SRAS. ASSOCIADAS: Submetemos a apreciação de V. Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com o parecer do Conselho Fiscal e o Relatório do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Santa Maria, 31 de dezembro de 2021. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL RELATIVO AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 (em reais)

Ativo	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS			CONSOLIDADO		Passivo Circulante	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS			CONSOLIDADO	
		Educação	Social	Ativ. Sust.	2021	2020			Educação	Social	Ativ. Sust.	2021	2020
Circulante	4						4.h						
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.a,b												
Caixa		265,97	686,81	1.301,86	2.254,64	4.323,98	10	42.756,47	-	1.956,82	44.713,29	34.346,18	
Banco Conta Corrente		-	389,41	-	389,41	-	10	103.799,65	4.146,89	3.580,64	111.527,18	72.730,21	
Banco Conta Corrente com Restrição		2.270,25	1,00	8,30	2.279,55	2.620,54	10	-	-	10.326,88	60.316,31	6.343,99	
Banco Aplicações Financeiras		-	3.603,81	-	3.603,81	-	10	60.316,31	-	-	-	1.091,61	
Banco Aplic. Financeiras com Restrição		239.237,20	45.360,91	6.081.291,54	6.365.889,65	7.119.502,84	4,j	160.734,11	7.429,32	8.254,00	176.417,43	107.836,47	
Titulos de Capitalização		-	75.922,30	-	75.922,30	3.174,15	4,j	12.836,23	594,34	660,31	14.090,88	9.705,89	
		241.773,42	125.964,24	6.110.458,33	6.478.195,99	7.122.778,75	11	9.380,80	-	-	9.380,80	14.305,76	
Receiváveis de Clientes e Outros Receiváveis							10	-	710,87	-	710,87	48,06	
Contribuições Escolares a Receber	4.c	697.284,57	-	-	697.284,57	821.348,66	10	-	76.486,54	-	76.486,54	34.126,09	
Subvenções Com Restrição a Receber	4.c	-	28.796,50	-	28.796,50	-	10	-	31.514,61	-	31.514,61	-	
(-) Perdas Estimadas s/ Créditos													
Liquidação Duvidosa	4.d	(623.970,46)	-	-	(623.970,46)	(693.654,28)							
Adiantamentos		10.254,09	5.268,81	29.000,00	44.522,90	426,12							
Despesas Antecipadas	6	-	-	1.432,71	1.432,71	2.989,61							
Outros Valores a Receber	6	-	-	3.463,51	3.463,51	5.239,08							
		83.568,20	34.065,31	33.896,22	151.529,73	136.349,19							
Total Ativo Circulante		325.341,62	160.029,55	6.144.354,55	6.629.725,72	7.319.148,94							
Não Circulante	7 e 8												
Propriedades para Investimentos	7												
Imóveis		-	-	3.141.138,87	3.141.138,87	3.141.138,87							
(-) Depreciação Acumulada	4.e	-	-	(385.727,64)	(385.727,64)	(362.625,12)							
Imobilizado/Intangível	8												
Imóveis	4.f	12.641.000,05	1.465.975,30	2.294.813,82	16.401.789,17	16.407.207,32							
Obras em Andamento	4.g	51.783,98	25.569,40	1.035.863,43	1.113.216,81	841.242,51							
Motores e Aparelhos	4.f	393.804,62	16.686,00	50.018,47	460.509,09	358.961,15							
Móveis e Utensílios	4.f	226.125,99	5.900,00	130.816,02	362.842,01	455.843,68							
Veículos	4.f	-	142.908,54	-	142.908,54	142.908,54							
Direitos		10.210,00	-	-	10.210,00	9.300,00							
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	4.e	(2.148.505,12)	(284.574,06)	(460.124,51)	(2.893.203,69)	(2.895.604,05)							
Total Ativo Não Circulante		11.174.419,52	1.372.465,18	5.806.798,46	18.353.683,16	18.098.372,90							
Total do Ativo		11.499.761,14	1.532.494,73	11.951.153,01	24.983.408,88	25.417.521,84							

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	Patrimônio Social	Déficit do Período	Ajuste Av. Patrimonial	Superávit Acumulado	Patrimônio Liq. Total
Saldo em 31/12/2019	19.988.355,53	(186.215,44)	5.952.012,46	148.800,36	25.902.952,91
Incorporação resultado Ex/2019 ao PS	(186.215,44)	186.215,44	-	(148.800,36)	(148.800,36)
Déficit do Período 2020	-	(765.546,62)	-	-	(765.546,62)
Real. Ajuste Aval.Patrimonial	148.800,36	-	(148.800,36)	148.800,36	148.800,36
Saldo em 31/12/2020	19.950.940,45	(765.546,62)	5.803.212,10	148.800,36	25.137.406,29
Incorporação resultado Ex/2020 ao PS	(765.546,62)	765.546,62	-	(148.800,36)	(148.800,36)
Déficit do Período 2021	-	(690.573,81)	-	-	(690.573,81)
Real. Ajuste Aval.Patrimonial	148.800,36	-	(72.523,08)	72.523,08	148.800,36
Saldo em 31/12/2021	19.334.194,19	(690.573,81)	5.730.689,02	72.523,08	24.446.832,48

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2021 E 31/12/2020

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL - A SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA é associação, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, beneficente, de natureza educacional, assistencial, científica e cultural. Possui sua área de atuação preponderante na educação e sua área de atuação secundária é cultural, social e científica, conforme os artigos 1º, 5º (Incisos I, II, III, IV, V) e 6º do seu Estatuto Social. É detentora do Título de Utilidade Pública Estadual Decreto nº 21.712 de 04/05/1972, Utilidade Pública Municipal Lei nº 1.315, de 19/04/1968, inscrita no Conselho Estadual de Educação sob nº 141, no Conselho Municipal de Assistência Social sob nº 016, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob nº 103, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado pelo MEC pela Portaria nº 25, publicado no Diário Oficial da União em 05/02/2020, vigência: 31/12/2015 a 30/12/2018 e tem como finalidade estatutária, conforme artigo 5º: I. manter a educação básica, formada pela Educação Infantil – creche e pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional Técnica de Nível Médio; II. proporcionar ao educando o desenvolvimento que lhe assegure a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores; III. capacitar o aluno de nível médio, com conhecimentos técnicos, teóricos e práticos nas diversas atividades, oportunizando acesso ao mercado de trabalho, além da perspectiva de habilitação, qualificação e ou reinserção no setor produtivo; IV. educar as crianças, adolescentes, com programação integrada de lazer, esporte, convivência e bem estar; V. promover uma educação geradora de autonomia intelectual de vida, criativa e participativa, com responsabilidade social; VI. desenvolver a gestão pedagógica interativa, norteada pelos princípios cristãos, éticos, educacionais, sociais no compromisso com a comunidade, especialmente com a família; VII. formar cidadãos nas diferentes áreas do conhecimento, conscientes do compromisso e participação no desenvolvimento da sociedade; VIII. oferecer bolsas de estudo, através de gratuidades integrais e parciais, de acordo com o nível de carência do aluno e das normas vigentes no País; IX. ser um espaço de fortalecimento da mística, dos valores éticos, da espiritualidade e da cidadania, como vivência e manifestação do Amor Divino; X. desenvolver projetos de Proteção Social, visando o resgate da cidadania, a dignidade humana e a inclusão social; XI. desenvolver projetos de proteção social para pessoas idosas, visando a qualidade de vida saudável; XII. desenvolver projetos, programas e serviços socioassistenciais conforme a legislação em vigor.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Na elaboração das demonstrações contábeis de 2021 e 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26 - R5), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente pela ITG 2002 - R1, que estabeleceu novos critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucro.

NOTA 03 - FORMALIDADE DA ESCRITAÇÃO CONTÁBIL, RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (ITG 2000 - R1) - A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no SPED - Sistema Público de Escrituração Digital. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em seu arquivo e em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC - TG 03- R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC - TG 26 - R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. **b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. **c) Ativo Circulante - Contas a Receber (Receiváveis de Clientes e Outros Receiváveis):** As contas a receber (receiváveis de clientes e outros receiváveis) são registradas pelo valor faturado. **d) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** Esta perda estimada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a ITG 2002 - R1 em seu item 14. **e) Depreciações:** Foram calculadas com base na revisão da vida útil dos bens, conforme Nota Explicativa nº 07 e 08, levando em conta a vida útil-econômica dos bens. **f) Imobilizado** - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 07 e 08 e leva em consideração o tempo de vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 - NBC - TG 27 - R4). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa incorrida. **g) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. **h) Passivo Circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **- Provisões** - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **i) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **j) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **k) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **l) As Despesas, os custos e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao Princípio da competência. **m) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Princípio da Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber), e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **n) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado e Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

NOTA 05 - MUDANÇAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS - Conforme determinação da Resolução CFC Nº 1.177/09 (NBC TG 27 - R4), a Entidade revisou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens. Em caso de alteração, conforme prevista na Resolução CFC Nº 1.179/09 (NBC TG 23 - R2) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, será considerado uma mudança de estimativa contábil prospectiva (vida útil de um ativo depreciável ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo), afetando a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.

NOTA 06 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES - Este grupo é composto pelos seguros contratados no exercício 2021, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, outros valores a receber (impostos a restituir e aluguéis a receber) das atividades sustentáveis.

NOTA 07 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO - Conforme determina a Resolução CFC nº 1.178/2009 que aprovou a NBC TG 28 - R4 - Propriedades para Investimento, Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício - ou parte de edifício - ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas. O imóvel classificado como propriedade para investimento está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação, conforme segue abaixo:

Passivo	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS			CONSOLIDADO	
		Educação	Social	Ativ. Sust.	2021	2020
Circulante	4.h					
Contribuições Prev. Tributárias	10	42.756,47	-	1.956,82	44.713,29	34.346,18
Salários a Pagar	10	103.799,65	4.146,89	3.580,64	111.527,18	72.730,21
Contas a Pagar	10	-	-	10.326,88	10.326,88	6.343,99
Fornecedores a Pagar	10	60.316,31	-	-	60.316,31	672,90
Seguros a Pagar	10	-	-	1.091,61	1.091,61	-
Provisão para Férias	4,j	160.734,11	7.429,32	8.254,00	176.417,43	107.836,47
Provisão FGTS e PIS s/Férias	4,j	12.836,23	594,34	660,31	14.090,88	9.705,89
Receitas Antecipadas	11	9.380,80	-	-	9.380,80	14.305,76
Contas a Pagar com Restrição	10	-	710,87	-	710,87	48,06
Subvenções a Realizar com Restrição	10	-	76.486,54	-	76.486,54	34.126,09
Projetos a Realizar com Restrição	10	-	31.514,61	-	31.514,61	-
Total Passivo Circulante		389.823,57	120.882,57	25.870,26	536.576,40	280.115,55
Patrimônio Líquido	12					
Patrimônio Social		8.219.900,09	44.500,17	11.069.793,93	19.334.194,19	19.950.940,45
Superávit/Déficit do Período	20	(961.219,44)	(87.338,08)	357.983,71	(690.573,81)	(765.546,62)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	5.730.689,02	-	-	5.730.689,02	5.803.212,10
Superávit Acumulado	12	72.523,08	-	-	72.523,08	148.800,36
Total patrimônio Líquido		13.061.892,75	(42.837,91)	11.427.777,64	24.446.832,48	25.137.406,29

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)

Receita Bruta	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS			CONSOLIDADO	
		Educação	Social	Ativ. Sust.	2021	2020
Encargos Educacionais	4.1	3.037.010,00	-	-	3.037.010,00	2.033.230,00
Outros Serviços Educacionais	16	240,00	-	-	240,00	10.132,20
Trabalhos de Secretaria	16	679,00	-	-	679,00	350,00
Juros e Multas Recebidos		10.828,46	-	-	10.828,46	7.242,99
Descontos Obtidos		2.021,66	442,00	-	2.463,66	4.114,49
Doações Recebidas sem restrição	16.d	5.3				

>>> Continuação >>>

SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA

Sede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98
Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 110.556/62 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Portaria do MEC nº 25, de 05/02/2020

ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL EM 31/12/2021

BENS	TX DEPREC. ANUAL MÉDIA S/RESIDUAL	CUSTO (R\$)	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO (R\$)	VALOR CONTÁBIL (R\$)
TERRENOS	-	4.279.601,60	0	4.279.601,60
PRÉDIOS	1,14%	12.112.532,57	2.114.868,73	9.997.663,84
OBRAS EM ANDAMENTO	-	1.113.216,81	0	1.113.216,81
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	20%	241.654,25	135.792,93	105.861,32
MÁQUINAS EM GERAL	10%	22.477,99	22.477,99	0,00
APARELHOS EM GERAL	10%	196.376,85	129.096,83	67.280,02
MOBÍLIA EM GERAL	10%	310.374,41	302.273,62	8.100,79
MATERIAL DID. LABORATÓRIO	10%	27.162,60	7.735,41	19.427,19
INSTRUMENTOS MUSICAIS	10%	8.170,00	8.170,00	0,00
UTENSÍLIOS DE CULTO E ARTE	20%	17.135,00	17.135,00	0,00
VEÍCULOS	28,92%	142.908,54	141.919,30	989,24
INSTALAÇÕES E BENFEITORIAS	10%	9.655,00	9.614,33	40,67
SOFTWARES	10%	10.210,00	4.119,55	6.090,45
TOTAIS		18.491.475,62	2.893.203,69	15.598.271,93

NOTA 09 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS - As obrigações sociais foram cumpridas no prazo.

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (Passivo Circulante) - Estão representadas pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de Contribuições Previdenciárias e Tributárias, Salário a Pagar, Provisões Trabalhistas e seus encargos, Contas a Pagar Com Restrição e Sem Restrição, Fornecedores a Pagar, Subvenções a Realizar Com Restrição, Projetos a Realizar Com Restrição e Receitas Antecipadas.

NOTA 11 – RECEITAS ANTECIPADAS (Passivo Circulante) - Refere-se a valores que foram transferidos para o Passivo Circulante, conta Receitas Antecipadas, que engloba as receitas de encargos educacionais de 2022, efetivamente recebidas em 2021, sendo que já estão deduzidos dos custos e despesas correspondentes (incorridas). Tais receitas e despesas do exercício de 2022, não possuem qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da Entidade.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, diminuído dos déficits ocorridos, ajustes de avaliação patrimonial e o Superávit Acumulado considerado, enquanto não computados no resultado do período em obediência ao princípio de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado, na oportunidade. Em consonância com a Resolução CFC Nº 1.159 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumento de valores atribuídos a elementos do ativo e passivo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado, na oportunidade. O saldo da conta de ajuste de Avaliação Patrimonial é baixado progressivamente pelo Custo da Depreciação do Imobilizado correspondente, pela venda do bem e após autorização da Assembleia, quando se tratar de ajuste com saldo devedor e imóveis que não sofrem depreciação, tendo como contrapartida a conta Superávit/Déficit Acumulado.

NOTA 13 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - A Entidade contratou uma empresa especializada para revisar o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/07, Deliberação da CVM Nº 639/10, Resolução CFC Nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01-R4). Quando tais evidências são identificadas, o que não foi o caso em 2021, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Empresa, para efetuar esse teste, avaliou se existe alguma desvalorização dos ativos utilizados como indicações à análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade e, assim, desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos exercícios de 2019 e 2020, mais o exercício em curso (2021). Conclui-se que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

NOTA 14 - AJUSTE A VALOR PRESENTE (Resolução do CFC No. 1.151/09) - Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, passivamente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão composto os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC nº 1.151/09, que aprova NBC TG 12.

NOTA 15 – SUBVENÇÕES E/OU CONVENIOS PÚBLICOS RESOLUÇÃO CFC Nº 1.305/10 (NBC TG 07 – R2) - São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 – R2). A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções com Restrição do Poder Público Municipal e Estadual:

Exercício	Concedente	Nº Convênio	Vi. Recebido (R\$)	Vi. Realizado (R\$)
2021	Governo Municipal	08/2021	9.700,00	0,00
2021	Governo Municipal	09/2021	17.037,56	0,00
2020	Governo Estadual	003/2020	15.000,00	0,00
2020	Governo Municipal	013/2020	30.000,00	13.556,35
2020	Governo Municipal	012/2020	5.500,00	5.500,00
2020	Governo Municipal	011/2020	7.828,38	7.828,38
	Total Geral	-----	85.065,94	26.884,73

NOTA 16 – RECEITAS - As receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (prestação de serviços educacionais), conforme art. 61 do Estatuto Social são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei nº 9.870/99) e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas (fins e sustentáveis, conforme o art. 61 do Estatuto Social) também seguem o mesmo critério ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Segue abaixo o montante de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R\$)
304/305/310	Prestação Serviço Educacional	3.037.010,00
350	Subvenções para Serviços Sociais	13.556,35
361	Atividades Sustentáveis	521.090,71

As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão no art.61 do seu Estatuto Social, e para que a Entidade faça jus a Imunidade e/ou Isenção Tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 29 da Lei nº 12.101/09, cumpre os requisitos abaixo: a) As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão estatutária; b) O Estatuto Social indica que os recursos (superávit) obtidos por essas receitas são revertidos para atendimento de suas atividades fins (objetivos sociais); c) A Demonstração do Resultado do Período da Entidade demonstrou que as atividades sustentáveis são superavitárias, ou seja, geram recursos para a manutenção das atividades fins (objetivos sociais); d) A Entidade recebeu doações sem restrição, de Associações também da Associação de Pais e Mestres da Escola Mãe Admirável (APEMMA); e) Na Conta Receitas Diversas foram lançadas entrada de valor referente a uso da Marca da SAEMA e outro pequenos valores não classificáveis em outra conta.

NOTA 17 – ALUGUÉIS - No exercício de 2021, a Entidade constituiu Imóveis para Investimento por entender que a receita de aluguel contabilizada tem origem no compartilhamento de alguns espaços físicos e aluguéis de alguns imóveis.

NOTA 18 – OUTRAS RECEITAS / DESPESAS - Conforme a Resolução CFC nº 1.152/09, que aprova a NBC TG 13 e 1.157/09, que aprova CTG 02 e a Medida Provisória nº 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R\$)
583 / 584 / 611	Isenção de Contribuição Social – Cota Patronal	331.035,01
585	Isenção de Contribuição Social – Autônomos	910,40
607 / 608 / 614	Isenção de Contribuição Social – RAT	8.275,86
605 / 606 / 621	Isenção de Contribuição Social – Terceiros	74.482,96
622	COFINS	91.137,87
326	Voluntários	45.384,52
520	Perda na Alienação do Imobilizado	0,00
479	Voluntários	45.384,52

NOTA 19 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC - A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – R3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração dos Fluxos de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

NOTA 20 – DO RESULTADO DO PERÍODO - O Déficit do Período será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 – R1, em especial no item 15.

NOTA 21 – COBERTURA DE SEGUROS - Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros para cobertura de eventuais sinistros, considerados suficientes, atendendo assim, principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

NOTA 22 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 23 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE - A ENTIDADE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 à 61 do Código Civil.

NOTA 24 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE - A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, prevista no artigo 9º, do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: • a instituição é regida pela Constituição Federal; • a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; • não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); • não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 25 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.69 do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.68 do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art.63 do Estatuto Social).

NOTA 26 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA - A ENTIDADE é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei nº 9.532/97, Lei nº 12.101/09 e Decreto 8.242/14.

NOTA 27 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO - A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 1º da Lei nº 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características: • a instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 28 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA - A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA é uma Entidade Beneficente de Assistência Social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei nº 12.101/09, cumpre os seguintes requisitos:
ESTATUTÁRIOS • não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 69 do Estatuto Social); • aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 68 do Estatuto Social); • não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art.70 do Estatuto Social); • atende

o princípio da universalidade do atendimento, onde **não** direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as); • tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art.71 do Estatuto Social);
OPERACIONAIS E CONTÁBEIS • possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; • mantém sua escrituração contábil regular que registra as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; • conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; • cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; • elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 29 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS/IMUNES) - A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), válido. Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09, entidade beneficente certificada fará jus à isenção/imunidade do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS → 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais; → RAT/SAT (1%, 2% ou 3%) → TERCEIROS (4,5% - Educação) → COFINS - 3% → CSLL - Contribuição Social de 09% sobre o Lucro Líquido. Quanto a Contribuições Sociais sobre Lucro Líquido, entendemos que é inaplicável à entidade sem fins lucrativos, pois, não possuem "lucro" conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência. Outrossim, vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com LUCRO. Desta feita, entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não está sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro.

FORMA DE CONTABILIZAÇÃO E OS VALORES CONTABILIZADOS
Levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade (Resolução do CFC No. 1.185/09) vigentes em consonância com as Normas Internacionais (NIC 1), onde não podemos compensar ativos com passivos e nem receitas com despesas, salvo alguma Norma Específica, demonstraremos a forma de contabilização e seus respectivos valores das isenções usufruídas pela Entidade no ano de 2021:
REGISTRO DA DESPESA E OBRIGAÇÃO:

REGISTRO DA DESPESA - GRUPO ISENÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
D – Isenção de Contribuições Sociais (OUTRAS DESPESAS) – R\$ 505.842,10
C – Contribuições Sociais Usufruídas (PASSIVO) – R\$ 505.842,10

REGISTRO DA RECEITA - GRUPO ISENÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
D – Contribuições Sociais Usufruídas (PASSIVO) – R\$ 505.842,10
C – Isenção de Contribuições Sociais (OUTRAS RECEITAS) – R\$ 505.842,10

NOTA 30 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS - Conforme determinação do artigo 40, da Lei nº 12.101/09 e o Decreto nº 8.242/14, a Entidade já procedeu o recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (http://cebas.mec.gov.br/). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica). Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que está inserida, e como consequência, por elas regulamentadas. Em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.101/09 e o Decreto nº 8.242/14, para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

NOTA 31 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA - A ENTIDADE, em conformidade com o artigo 13 da Lei nº 12.101/09 e artigo 25 do Decreto nº 8.242/14, oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei (artigo 14 da Lei nº 12.101/09), e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais, a Entidade utilizou o seguinte critério de renda: • *A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 e 1/2 (um e meio) salário mínimo.* • *A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.*

NOTA 32 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS - Em atendimento ao art. 13 da Lei 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 a instituição deve conceder uma bolsa integral para cada cinco estudantes pagantes, sendo que poderá computar as bolsas parciais de 50% desde que tenha cumprido no mínimo uma bolsa integral para cada nove alunos pagantes. Conforme o art. 16 da Lei 12.868/13, considerando a situação atual da Instituição, os critérios a serem adotados para concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS serão os vigentes até a data de publicação desta Lei. Conforme demonstrativo abaixo, a Instituição atendeu ao mínimo exigido pela legislação:

Educação Básica - 2021 (artigo 13 Lei 12.101/2009)		
Total de alunos matriculados (*)		260
Alunos bolsa integral		41
Alunos pagantes		219
Mínimo a fazer de bolsista 100% (1/5)		44
Mínimo a fazer de bolsista 100% (1/9)		24
Número total de alunos com bolsa integral		41
Alunos bolsa parcial de 50%		26
Alunos bolsa parcial de 50% equivalente a 100%		13
TOTAL DE BOLSAS CONCEDIDAS (100% e 50%)		54
BOLSAS CONCEDIDAS A MAIS		10

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os embargos de Declaração opostos pela União Federal contra o Acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4480, proposta contra os artigos 1º, 13, parágrafos e incisos; 14, §§ 1º e 2º; 18, §§ 1º, 2º e 3º; 29 e seus incisos; 31 e 32, § 1º, todos da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009. Em resumo, o artigo 195, § 7º da CF, que estabelece imunidade, e não isenção, matéria que não poderia ser disciplinada por lei ordinária, como é o caso da Lei 12.101/2009, somente poderá ser disciplinada por lei complementar. O Plenário do STF, pela maioria de seus integrantes, rejeitou o pedido da União para que fossem modulados os efeitos de inconstitucionalidade diversos dispositivos da Lei 12.101/09, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de imunidade de contribuições para a seguridade social. • Os dispositivos declarados inconstitucionais exigiam contrapartidas das instituições de ensino tais como a concessão anual de bolsas de estudo integrais e parciais para fins de concessão ou renovação da certificação. • Com isso, afastaram-se exigências que versam sobre as condições para a obtenção da certificação, como, por exemplo, critérios de renda familiar para distribuição de bolsas e ações socioassistenciais, bem como o número mínimo de bolsas a ser concedida. Mesmo assim, a Instituição continuou a oferecer bolsas de estudo conforme quadro demonstrativo acima. • Em 16 de dezembro 2021 foi promulgada a Lei Complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social, e revoga a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009.

NOTA 33 – DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM GRATUIDADE - Considerando como base legal as legislações vigentes e aplicáveis, em 2021, a Entidade apresenta o seguinte resultado de investimento em Gratuidade:

Aplicações em Bolsas	Educação Básica (R\$)
Bolsas Educação Básica integrais (Lei 12.101/09)	438.052,00
Bolsas Educação Básica parciais (Lei 12.101/09)	151.644,00
Total das Gratuidades Educacionais – 2021	589.696,00

NOTA 34 – FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS - A Entidade, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

NOTA 35 – ORIGEM DOS RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO - A Entidade em atendimento a Lei nº 12.101/09, Decreto nº 9.242/14 e Resolução do CNAS nº. 16/10 para realização de suas atividades de assistência social demonstra no quadro abaixo as fontes de recursos (art. 61 e 73 do Estatuto Social) para cumprimento de seus objetos sociais, na execução de projetos e convênios, os quais são receitas com restrição:

RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS			
Código Contábil	Rubrica Contábil	Valor Contábil (realizado) – R\$	Valor Contábil (a realizar) – R\$
242	Receita de Subvenção Municipal - LIC	56.818,79	32.281,21
240	Projetos Sociais a Realizar (Serigrafia)	15.408,83	15.408,83
241	Subvenções Municipais (Emenda Impositiva)	28.796,50	28.796,50

NOTA 36 – VALOR JUSTO DOS TRABALHOS VOLUNTÁRIOS - A Entidade realiza a mensuração e a contabilização do trabalho voluntário recebido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e, pelo mesmo valor, como uma receita, conforme definido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na ITG 2002-R1. Demonstrado no quadro abaixo os valores dos trabalhos de voluntários:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R\$)
326	Receitas com trabalhos voluntários	45.384,52
479	Despesa com trabalhos voluntários	45.384,52

NOTA 37 – DESCONTOS CONCEDIDOS S/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - No ano de 2021 houve um aumento dos descontos financeiros sobre a prestação de serviços registrados pelas rubricas de Desconto Financeiro Concedido (467), Desconto Promocional (571), Desconto Funcional (468) e Desconto Educamais (469) estes descontos foram negociados conforme a decisão da diretoria da Escola Mãe Admirável e a sua Mantenedora.

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R\$)
467	Desconto Financeiro Concedido	26.498,11
571	Desconto Promocional	119.239,90
468	Desconto Funcional	30.091,96
469	Desconto Educamais	551.645,50
	TOTAL	727.475,47

Santa Maria (RS), 31 de dezembro de 2021.

Joseana Pereira Carvalho
Diretora-Presidente
CPF: 374.291.402-20

Cleusa Mercedes Thomas
Contadora CRC/RS 070859/0-6
CPF: 729.634.920-49

PARECER DO

>>> Continuação >>>

SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMASede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98
Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 110.556/62 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Portaria do MEC nº 25, de 05/02/2020**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Porto Alegre - RS, 18 de abril de 2022.

Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador
CRC/SP "S" "RS" 187.003/0-0
CNAI - SP - 1620

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

MAIOJAMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNPJ: 87.346.821/0001-62 • NIRE: 43300065367

Relatório sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021: **Senhores Acionistas**, De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras compreendendo o exercício findo em 31/12/2021. Agradecemos o apoio e a participação dos Senhores Acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, órgãos governamentais e as instituições financeiras nos resultados até então alcançados. A MAIOJAMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. é uma companhia que atua no desenvolvimento das atividades de incorporação imobiliária, em empreendimentos residenciais, comerciais, multiuso e em loteamentos de imóveis residenciais, na região sul do Brasil, através da participação societária em sociedades de propósito específico. Também atua na gestão financeira de unidades em construção e de imóveis próprios e de terceiros. Os resultados da companhia provêm das participações societárias nas sociedades de propósito específico que incorporam os empreendimentos imobiliários. No ano de 2021, a receita bruta consolidada da companhia atingiu R\$ 64.713.557 (receita líquida de R\$ 50.865.384), demonstrando redução de 0,79% em relação a 2020 (receita bruta de R\$ 65.225.830 e receita líquida de R\$ 54.669.057). O custo apresentou aumento de 12,06% em 2021 (R\$ 44.770.846), comparativamente a 2020 (R\$ 39.954.017). Os números da Companhia são resultado da decisão dos acionistas de suspender os lançamentos de empreendimentos no período de 2018 a 2021 em virtude da crise no setor imobiliário seguida pela crise econômica e sanitária decorrente do novo coronavírus. No ano de 2022, a Companhia pretende retomar os lançamentos de novos projetos já no primeiro semestre. Estão confirmados lançamentos de dois projetos que totalizam R\$ 185 milhões de VGV (Valor Geral de Vendas) bruto e há a possibilidade de ampliação desse valor para R\$ 300 milhões, caso um terceiro projeto seja viabilizado até o final do primeiro semestre. **Eventos relevantes em 2021:** Crise sanitária - COVID-19 - A crise sanitária do novo coronavírus, que atingiu a sociedade e as empresas no ano de 2020 e resultou em uma crise econômica sem precedentes, foi controlada no ano de 2021, através do início da aplicação de vacinas. Como consequência, as atividades do setor de incorporação imobiliária foram retomadas. • Emissão de debêntures. Em 22 de setembro de 2021, através de Ata de Assembleia Extraordinária, os acionistas aprovaram a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com 3 séries, da espécie quirográfrica, sem garantia real ou fidejussória da Companhia, no montante total de R\$ 100.000.000. As debêntures foram escrituradas em 20 de outubro de 2021 e a primeira série, no montante de R\$ 30.000.000, foi inscrita e integralizada em 29 de outubro de 2021. As controladas, MAIOJAMA Anita Empreendimentos Imobiliários S.A. e DBM Empreendimentos Imobiliários S.A., anteriormente Limitadas e convertidas em S.A. de capital fechado no exercício de 2021, também realizaram emissões de debêntures privadas e não conversíveis, sob o regime de garantia real, garantia fidejussória e garantias reais adicionais, nos montantes de R\$ 16.530.000 e R\$ 27.770.000, respectivamente, através de escrituras firmadas em 9 de novembro de 2021 e, cuja subscrição e integralização ocorreram em 19 de novembro de 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais 1					
Nt.	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Ativo Circulante	34.866.164	27.095.461	140.036.230	173.180.259	
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	4.712.585	5.061.820	18.793.151	14.958.506	
Contas a Receber de Clientes.....	5	-	12.921.055	35.132.556	
Imóveis a Comercializar.....	6	331.305	331.305	100.932.350	113.818.453
Custos Iniciais Terrenos.....	7	-	11.550	-	11.550
Impostos a Recuperar.....	1.355.638	1.232.648	6.996.286	6.775.692	
Adiantamento a Fornecedores ..	5.404	275.739	92.697	2.193.981	
Desp. do Exercício Seguinte	15	25.809.622	19.974.286	61.049	60.896
Partes Relacionadas.....	107.360	80.700	107.445	81.316	
Outras Contas a Receber.....	29.354.378	17.934.220	9.648.675	5.296.949	
Ativo Não Circulante	29.354.378	17.934.220	9.648.675	5.296.949	
Realizável a Longo Prazo	26.226	84.125	6.125.687	3.502.830	
Contas a Receber de Clientes.....	5	-	51.321	126.840	
Cauç., Dep. e Créd. a Receber	26.226	84.125	3.751.696	3.374.005	
Desp. do Exercício Seguinte	8	-	1.962	1.985	
Outros Adiantamentos.....	26.151.998	16.619.563	36.773	157.446	
Investimentos	26.115.225	16.462.117	-	-	
Controladas.....	17.229	137.902	17.229	137.902	
Coligadas.....	19.544	19.544	19.544	19.544	
Outros.....	3.162.434	1.216.276	3.472.495	1.622.317	
Imobilizado	13.720	14.256	13.720	14.356	
Intangível	64.220.542	45.029.681	149.684.905	178.477.208	
Total do Ativo	64.220.542	45.029.681	149.684.905	178.477.208	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais 1					
Nt.	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Rec. Líq. das Vendas e Serv.	367.826	61.885	50.865.384	54.669.057	
Custo das Vendas e Serviços	-	-	(44.770.846)	(39.954.017)	
Lucro Bruto	367.826	61.885	6.094.538	14.715.040	
Despesas Operacionais	23	(20.893)	(68.075)	(2.113.416)	(1.273.619)
Desp. Gerais e Administrativas.....	9.096.664	(10.342.444)	(19.738.800)	(21.235.750)	
Resultado de Equiv.Patrimonial.....	9	(15.526.015)	(5.527.097)	(411.127)	(157.549)
Outras Receitas (Despesas)	24	30.654	(288.806)	1.009.522	(387.122)
Operacionais Líquidas.....	23	(20.893)	(68.075)	(2.113.416)	(1.273.619)
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro	(24.245.092)	(16.164.537)	(15.157.283)	(8.339.000)	
Resultado Financeiro	(2.772.445)	(71.511)	(10.684.708)	(8.591.216)	
Receitas Financeiras.....	25	1.289.983	65.752	2.283.434	535.290
(Despesas) Financeiras.....	25	(4.062.428)	(137.263)	(12.968.142)	(9.126.506)
Resultado Antes dos Impostos	(27.017.537)	(16.236.048)	(25.841.991)	(16.930.216)	
I. R. e Contribuição Social.....	-	-	-	-	694.168
Prejuízo Líquido do Exercício	(27.017.537)	(16.236.048)	(27.029.559)	(16.236.048)	
Participação dos Controladores ..	-	-	-	-	12.022
Particip. dos Não controladores ..	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido por Ação	(0,48)	(0,29)	-	-	
Quantidade de Ações ao Final do Exercício	56.066.292	56.066.292	-	-	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRENTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais 1					
Nt.	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Prejuízo Líquido do Exercício.....	(27.017.537)	(16.236.048)	(27.029.559)	(16.236.048)	
Outros Resultados Abreantados.....	-	-	-	-	
Resultado Abreante Total	(27.017.537)	(16.236.048)	(27.029.559)	(16.236.048)	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais 1					
Nt.	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Atividades Operacionais	(27.017.537)	(16.236.048)	(27.029.559)	(16.236.048)	
Prejuízo Líquido do Exercício	(27.017.537)	(16.236.048)	(27.029.559)	(16.236.048)	
Equivalência Patrimonial	15.526.015	5.527.097	411.127	157.548	
Depreciações e Amortizações	166.147	64.036	263.228	179.298	
Custo do Imobilizado Baixado.....	29.211	5.938	30.409	16.447	
Provisão para Contingências.....	(370.855)	(228.799)	364.904	1.759.575	
Provisão para Garantias.....	-	-	4.431.286	1.222.537	
Enc. s/ Emprést. e Financiamentos ..	691.049	-	1.157.716	5.330.233	
Tributos Diferidos	-	-	(608.226)	(4.147.674)	
Resultado Ajustado	(10.975.970)	(10.867.776)	(20.977.115)	(11.718.084)	
Decrésc. (Acréscimos) em Ativos	-	-	-	-	
Contas a Receber de Clientes.....	-	992.023	22.287.020	13.051.014	
Imóveis a Comercializar	-	-	12.886.103	(20.056.482)	
Impostos a Recuperar	(122.990)	208.837	(220.594)	400.591	
Custos Iniciais Terreno	11.550	-	11.550	-	
Demais Contas do Ativo	299.735	(318.206)	(608.110)	(1.573.374)	
(Decrésc.) (Acrésc.) em Passivos	(77.985)	264.622	1.727.254	(1.244.673)	
Fornecedores	(271.020)	(286.895)	(642.459)	(426.930)	
Obrigações Sociais e Tributárias.....	-	-	956.552	14.001.993	
Credores por Compra de Imóveis ..	-	-	3.049.210	(312.430)	
Demais Contas do Passivo	-	-	(11.363.219)	(13.299.848)	
Adiantamento de Clientes	-	-	-	-	
Caixa Líq. da Ativ. Operacional	(11.136.680)	(10.007.395)	7.106.192	(21.178.222)	
Atividades de Investimentos	(16.896.511)	(3.637.876)	-	(99.000)	
Aquisição de Investimentos.....	(2.140.979)	(1.140.831)	(2.143.179)	(1.142.181)	
Aquisição em Intangível	-	-	(1.924)	-	
Redução de Capital em Investida.....	3.417.000	(66.288)	-	(66.288)	
Caixa Líq. da Ativ. de Investimento	(15.620.490)	(4.846.919)	(2.143.179)	(1.309.394)	
Atividades de Financiamentos	(11.643.558)	13.280.872	(8.012.236)	18.427.532	
Partes Relacionadas.....	30.883.215	-	75.754.157	-	
Captação de Mútuos Conversíveis ..	15.530.500	-	-	-	
Captação de Debêntures.....	(5.947.222)	-	(98.313.783)	5.194.879	
Adiant. p/ Futuro Aum. de Capital.....	-	2.730.000	4.702.160	2.730.000	
Instituições Financeiras.....	-	-	21.841.334	-	
Aumento de Capital	-	-	-	-	
Capt. de Emprést. e Financiam.....	-	-	-	-	
Caixa líquido da Atividade de Financiamento	28.822.935	16.010.872	(1.128.368)	26.352.411	
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.065.765	1.156.558	3.834.645	3.864.794	
Em início do exercício	5.061.820	3.905.262	14.958.506	11.093.712	
No final do exercício	7.127.585	5.061.820	18.793.151	14.958.506	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais 1												
Nt.	Capital Social		Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		Prejuízos Acumulados		Total		Participação de não Controladores		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019	26.857.290	2.730.000	26.479.001	-	(23.165.876)	-	30.170.415	-	-	30.170.415	-	30.170.415
Aumento de Capital	-	2.730.000	-									

continuação				NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 Em Reais 1			
2021		2020		2021		2020	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Processos Trabalhistas	1.216.476	2.293.713	1.126.649	3.193.553	-	-	-
Processos Cíveis	14.155	510.000	15.015	1.040.272	-	-	-
Processos Tributário	-	-	-	19.398	-	-	-
Total de Processos	1.230.631	3.120.790	1.141.664	4.253.223	-	-	-
<p>Nota 19. Provisão para Garantias: As SPEs oferecem garantia para seus clientes na venda de seus imóveis. Essas garantias possuem características específicas de acordo com determinados itens e são prestadas por exercícios que variam até cinco anos após a conclusão da obra. Nota 20. Patrimônio Líquido: a) Capital social - O capital social é de R\$ 56.066.291,00 (cinquenta e seis milhões, sessenta e seis mil, duzentos e noventa e um reais), totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 56.066.291 (cinquenta e seis milhões, sessenta e seis mil, duzentos e noventa e um reais) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. b) Reserva legal - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital social. c) Reserva de lucros - Os lucros apurados são destinados conforme deliberação dos acionistas, sendo que as distribuições de lucros podem ocorrer em períodos inferiores a um ano.</p>							
Valor do resultado por ação		2021		2020		2021	
Resultado líquido do exercício		(27.017.537)		(16.236.048)		(90.244)	
Quantidade de ações ao final do exercício		56.066.292		56.066.292		56.066.292	
Prejuízo líquido por ação (R\$)		(0,48189)		(0,28959)		(0,16080)	
<p>Nota 21. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital: Representa os aportes de recursos realizados pelos sócios para formação de caixa e futuro aumento do capital social.</p>							
<p>Nota 22. Receita Líquida das Vendas: A receita líquida é composta como segue:</p>							
2021		2020		2021		2020	
Receita bruta de vendas de imóveis	90.000	-	64.713.557	65.225.830	-	-	-
Receita bruta de serviços	320.825	72.500	327.675	72.500	-	-	-
Impostos incidentes sobre vendas	(42.999)	(10.615)	(1.362.863)	864.530	-	-	-
Distratos	-	-	(12.812.985)	(11.493.803)	-	-	-
Total receita líquida de vendas	367.826	61.885	50.865.384	54.669.057	-	-	-
<p>Nota 23. Despesas por Função</p>							
2021		2020		2021		2020	
Despesas classificadas como:	-	-	(44.770.846)	(39.954.017)	-	-	-
Custos de Vendas e Serviços	-	-	(2.113.418)	(1.273.619)	-	-	-
Despesas com Vendas	(20.893)	(68.075)	(12.113.418)	(1.273.619)	-	-	-
Desp. Gerais e Administrativas (a)	(9.096.664)	(10.342.444)	(19.738.800)	(21.235.750)	-	-	-
Total	(9.117.557)	(10.410.519)	(66.621.062)	(62.463.386)	-	-	-
<p>Despesas por Natureza</p>							
Distratos (b)	-	-	7.006.871	7.528.863	-	-	-
Custo de terrenos e projetos	-	-	(1.895.580)	(737.635)	-	-	-
Serviços de terceiros	-	-	(13.961.561)	(12.459.234)	-	-	-
Material aplicado na obra	-	-	(18.909.080)	(19.914.012)	-	-	-
Outros custos	-	-	(11.450.255)	(4.003.292)	-	-	-
Custo de estoque vendido	-	-	-	(420.386)	-	-	-

DIRETORIA			
Carlos Eduardo Schneider Melzer - Diretor Presidente	Antonio Pedro Rodriguez Teixeira - Diretor Operacional	Elaine Antonioli - Contadora - CRC-RS 078452/O-0	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
<p>Aos Acionistas e Administradores da MAIOJAMA Empreendimentos Imobiliários S.A. Porto Alegre - RS</p> <p>Opinião com Ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Maiojama Empreendimentos Imobiliários S.A. (Companhia), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Maiojama Empreendimentos Imobiliários S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião com ressalva: Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis das coligadas GCM Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Carlos Gomes Square Empreendimentos Imobiliários Ltda. correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na qual a Maiojama Empreendimentos Imobiliários Ltda. participa em 50% e 33%, respectivamente, do Capital Social. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do valor de tais investimentos, no montante de R\$ 17.229, da provisão passiva a descoberto coligadas registrada no passivo circulante no montante de R\$ 1.038.659 e do correspondente valor negativo da equivalência patrimonial de R\$ 411.127, reconhecidos nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Outros assuntos: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício de 2020 também foram por nós examinadas, com Relatório com Opinião Modificada, emitido em 06 de abril de 2021 e que contemplava a seguinte ressalva: Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis das coligadas GCM Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Carlos Gomes Square Empreendimentos Imobiliários Ltda. correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na qual a Maiojama Empreendimentos Imobiliários S.A. participa em 50% e 33%, respectivamente, do Capital Social. Quanto a essas participações, está reconhecido na conta de Investimentos R\$ 38.902, na conta de Provisão Passiva a Descoberto - Coligadas R\$ 748.205 e na conta de Equivalência Patrimonial R\$ 157.549 de Prejuízo. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores representativos de tais investimentos. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou suas controladas, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemen-</p>			

<p>te se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas Controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas Controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>	
<p>Porto Alegre, 23 de março de 2022.</p>	
<p>HLB BRASIL Rokembach + Lahm, Villanova & Cia. Auditores CRCRS 3.663</p>	<p>Cassmarvil Bortolotti Contadora RS-090514/O</p>

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC